

A doença do exagero

Luiz Carlos Lisboa

A antiga crença de que a virtude está no meio não desfruta de muita simpatia em nosso tempo e muito menos em nosso país. Basta consultar a própria conta no banco, dar um balanço na economia doméstica e uma olhada nos jornais para ter certeza disto. Os terríveis sacrifícios que uma grande massa de brasileiros está sendo obrigada a fazer em nome do combate à inflação têm, por exemplo, a mesma característica da disposição generalizada de obter no Judiciário a liberação imediata do dinheiro congelado no Banco Central no primeiro ato do governo Collor. As decisões de técnicos de gabinete em Brasília mostram total indiferença pelo desespero dos assalariados no congelamento unilateral de preços que se estabeleceu há um ano, tal como alguns setores desejam o caos imediato e absoluto no Brasil para provar que têm razão nas suas análises político-económicas. Não é só egoísmo, vaidade e incompetência que estão em jogo, mas o velho hábito de exagerar, baseado na convicção íntima de que só o remédio amargo cura, só a solução drástica é eficaz.

Enquanto o mundo se inclina no rumo das ciências humanas, que hoje cada vez mais deixam de lado o maniqueísmo do passado que inibiu tantas vezes novas descobertas, temos no Terceiro Mundo e arrabaldes os que teimam em ver no Universo só princípios antagônicos e irredutíveis. O mal está no poder e nas suas vítimas, nos que experimentam fórmulas em cobaias humanas, nos que empobrecem milhões de homens que já viviam com dificuldade, porque uma visão acadêmica precisa ser confirmada. O Estado arrecadador pode transformar-se num maníaco que só vê um modo de resolver seus problemas e não vê limites para sua ação. No Brasil de hoje, por exemplo, o agricultor tem sua produção tributada, não sua renda líquida. É sua intenção de trabalhar que paga imposto, não seu lucro. Vale a pena produzir? São exageros típicos da horrível infantilização do subdesenvolvimento. E a compra da casa própria, pelo Sistema da Habitação, que no contrato parecia alguma coisa confiável e que agora se sabe que pode virar puro pesadelo? O congelamento da poupança financeira feito no segundo semestre do ano passado pelo governo foi um excesso incompreensível. Agora, a pretensão de despejar trilhões de cruzeiros no mercado através de medida judicial é outro exagero que vai acender a hiperinflação e derreter em seguida o dinheiro liberado.

Moderação não é um outro nome da covardia, como pensam os pacientes da doença infantil conhecida como dualismo. É pedir mais tempo para responder, é acreditar na observação e tirar algum projeto da experiência, é perceber os inconvenientes da precipitação, é agir mais como pai e menos como filho. As decisões precipitadas dos maniqueus da vida pública brasileira — não importa o poder em que

estejam montados — têm produzido sofrimento e medo, têm roubado a paz de multidões que envelheceram no trabalho e que apesar de tudo não perderam ainda a esperança. Há sinais de equilíbrio um pouco por toda parte, mas esse processo de maturação é sabidamente lento e ninguém quer construir um mundo apenas para seus netos. Quando em Brasília a Câmara dos Deputados decide acabar com o execrável "voto de liderança" que permitia a aprovação de projetos sem a presença dos parlamentares, ela está procurando o centro, equilibrando *yin* e *yang*, promovendo a harmonia. Se como resultado dessa decisão não conseguir mais aprovar as leis complementares de que a Constituição carece para funcionar, terá voltado ao desequilíbrio anterior, estará fugindo à ação moderada que justifica sua existência.

No próximo ano, não será apenas a Eco-92 que vai merecer as atenções do País. Prefeitos, deputados estaduais e vereadores serão eleitos em todos os Estados brasileiros, ainda que muitos deles estejam lutando ainda pela prorrogação de seus mandatos. A previsão de abuso do poder econômico nessas eleições é alguma coisa de clamar aos céus e pedir vingança. Se nada for feito para evitar esse festim que pode desmoralizar a democracia no Brasil, reduzindo a zero nossa respeitabilidade no Exterior, estaremos presenciando um caso de exagero passivo, de inércia exacerbada e de omissão vergonhosa. Moderação no caso é agir com determinação, é regulamentar os gastos do período eleitoral, é regular a propaganda com o aproveitamento da mais moderna técnica eletrônica. Já não se espera apenas dos candidatos que sejam sinceros e sérios nas suas campanhas, mas que evitem corromper e sofrer corrupção por conta do poder de que vão dispor. Afinal, a democracia é o último regime que resta depois da morte do último grande totalitarismo.

É na questão dos impostos que tem ficado mais visível nossa tendência ao exagero. Todo mundo sabe, exceto talvez alguns economistas, que os períodos de maior crescimento econômico coincidiram com menor peso tributário. Não foi apenas coincidência, mas uma reação oficial nessa direção exige coragem, e esse é o problema: os exagerados não primam pela coragem, preferem cercar-se da segurança aparente dos extremos. A economia de mercado não se compatibiliza com exageros, nem convive bem com o maniqueísmo, porque corre os riscos que a vida impõe a todo os homens. Porque não crê em superstições, sabe que *yin* e *yang* se procuram e compensam, como a água dos rios quando alguma tolice humana não interfere e quando os radicais não querem corrigir seu curso.